

Setor privado vai liderar a expansão

por Cláudia Sotelle
de Brasília

O programa econômico que o governo está armando para 1986 tem como pilar duas metas básicas: crescer até 6%, com o produto sendo puxado pelo setor privado, e zerar o déficit do setor público (no conceito operacional), na melhor das hipóteses. Parecem dois objetivos óbvios, mas o crescimento econômico deste ano, que pode chegar à taxa de 8%, preocupa o governo. Primeiro porque ainda é um crescimento sustentado por despesas do setor público e, também, fruto do impacto do forte crescimento real da massa de salários.

O maior ou menor apertão nos gastos públicos do ano que vem dependerá do sucesso das negociações do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, com o Fundo Monetário Internacional, em Seul. Em princípio, os técnicos do governo, que estão trabalhando na elaboração desse programa, prevêem a eliminação do déficit operacional através de um conjunto de providências que resulte num superávit operacional de Cr\$ 30 trilhões, aproximadamente, nas contas das empresas estatais do universo da Secretaria Especial de Controle de Empresas Estatais (Sest).

Para atingir tal valor, é imprescindível o "realismo

tarifário" e cortes nas despesas de custeio. Entre venda de ações e de empresas públicas ao setor privado, o governo espera apurar mais uns Cr\$ 10 trilhões no ano que vem, obtendo, já aí, cerca de Cr\$ 40 trilhões para cobrir o esforço fiscal que o ministro do Planejamento, João Sayad, estima em Cr\$ 78 trilhões. Esta cifra representa o aumento de receita e o corte de despesas que o governo pretende definir para financiar parte do déficit de caixa previsto em Cr\$ 195,3 trilhões (do "buraco" de Cr\$ 211 trilhões, que consta do orçamento unificado, Cr\$ 15,7 trilhões serão financiados por operações de organismos internacionais, como Banco Mundial e BID).

Do lado da Receita Federal, em que a intenção do governo é aumentar em 10% a carga tributária do País em relação ao Produto Interno Bruto, algumas alternativas já são dadas como decididas, tais como: a correção tanto do imposto devido quanto do retido na fonte, para evitar a corrosão inflacionária da Receita; estabelecer declarações semestrais do Imposto de Renda para as grandes empresas (falta qualificar a partir de que faturamento); tributar os títulos pós-fixados na ocasião da emissão e não mais no resgate; deduzir os abatimentos cedulares do imposto devido

e não mais da renda bruta. O governo não pretende, por enquanto, mexer na cédula "G", que pega os rendimentos obtidos na agricultura. O limite de isenção deverá mesmo superar a faixa de cinco salários mínimos, enquanto os rendimentos situados na faixa acima de trinta salários deverão ter uma tributação real superior à que é hoje (de 60% em termos nominais).

Outra tarefa que está tomando tempo dos técnicos do Ministério do Planejamento é a de elaborar uma proposta de corte de gastos do orçamento fiscal unificado. O projeto de lei do orçamento unificado está no Congresso Nacional, para aprovação, mas o Executivo está listando propostas de redução das despesas alinhadas neste documento, que deverão ser enviadas ao Congresso Nacional antes da aprovação da lei de meios.

O centro da discussão são os subsídios. Pelo orçamento para 1986, os gastos com a conta trigo, por exemplo, deverão ser de Cr\$ 35 trilhões com a compra do produto, e algo próximo a Cr\$ 17 trilhões entrará como receita da venda do trigo internamente. Portanto, o subsídio ficaria situado na casa dos Cr\$ 18 trilhões. Essa cifra pressupõe, já, uma política de preços para o trigo que venha a reduzir os subsídios

para 40% do valor do produto importado no próximo ano, 28% no ano seguinte, 1987, zerando apenas em 1988.

Os gastos com subsídios para a conta açúcar e álcool também terão de ser cortados. Pelo orçamento unificado, eles totalizariam Cr\$ 7 trilhões no próximo ano. Os juros e a correção monetária dos títulos da dívida interna consumirão, se tudo permanecer da forma que está, pouco mais de Cr\$ 118 trilhões.